

# Lei da Liberdade Econômica começa a influenciar decisões judiciais, aponta pesquisa

A **Lei da Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019)** começa a influenciar decisões judiciais, deslocando o debate no Brasil para temas como autonomia privada, intervenção mínima, **segurança jurídica** e custos de transação.

É o que aponta a pesquisa “Liberdade econômica no Judiciário: uma análise econômica da aplicação da Lei e seus impactos no ambiente institucional brasileiro”, publicada pelo **Instituto Esfera**.

O estudo analisou quase 6 mil decisões judiciais, proferidas entre 2019 e 2025, para verificar se a norma saiu do plano formal e passou a influenciar concretamente o Judiciário.

Uma das principais conclusões do trabalho é de que a lei foi, de fato, incorporada ao repertório decisório dos tribunais, reduzindo as incertezas jurídicas e melhorando o ambiente de negócios nos últimos anos.

Outra conclusão é de que a absorção da legislação, no entanto, ainda tem impacto moderado, incremental e dependente de consolidação jurisprudencial, especialmente dos tribunais superiores.

O entendimento é de que, como a jurisprudência ainda está em formação, o **Superior Tribunal de Justiça** desempenhará um papel decisivo para definir os critérios nacionais para a aplicação da lei.

O advogado e pesquisador **Luciano Benetti Timm**, um dos autores da pesquisa, avalia que a questão crucial hoje é transformar as citações dispersas em uma doutrina judicial estável.

“O desafio é garantir que ela seja aplicada com densidade técnica suficiente para melhorar o ambiente institucional brasileiro”, afirma.

O estudo aponta, em linhas gerais, que, mesmo sem ter promovido ruptura estrutural, a lei fortaleceu a livre iniciativa e a proteção contra os excessos regulatórios estatais.

## Crescimento consistente

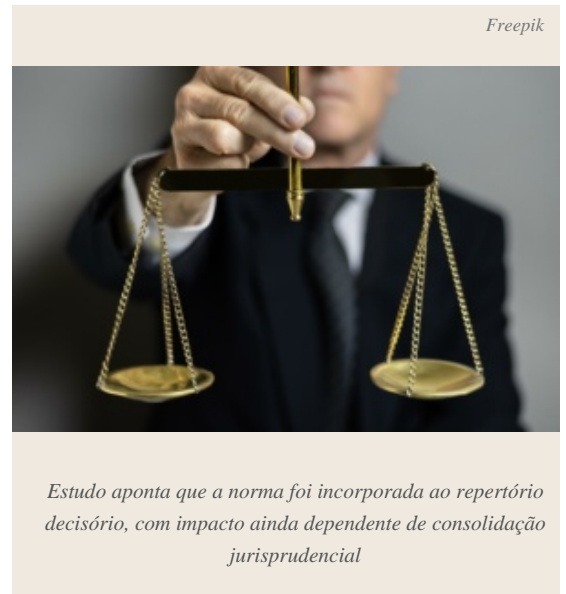
A pesquisa ainda conclui que houve um crescimento consistente no número de decisões com menções à norma feitas por advogados, partes e magistrados nos litígios que envolvem assuntos como contratos, atividade empresarial, regulação, tributação e intervenção estatal na economia.

Na prática, os pesquisadores avaliam que a lei passou a funcionar como um reforço técnico e argumentativo para as decisões que valorizam a livre iniciativa e impõem maior ônus de justificação às intervenções estatais ou judiciais na atividade econômica.

O estudo também identifica uma associação positiva entre a aplicação técnica da norma e as decisões com maior grau de previsibilidade institucional. Ou seja, quando utilizada de forma consistente, vinculada a dispositivos legais, fatos econômicos concretos e princípios como intervenção mínima, as decisões se aproximam de um padrão mais previsível e menos discricionário.

Outro achado relevante da pesquisa é a variação do impacto da norma conforme o tribunal e o tipo de litígio. De acordo com os pesquisadores, os efeitos da lei parecem mais relevantes nas disputas estaduais, tributárias, empresariais e regulatórias, especialmente nos casos que envolvem excesso de intervenção estatal, autonomia contratual ou custos impostos à atividade econômica.

Os pesquisadores **Victor Alves**, **Eduardo Coelho** e **Sérgio Ricardo Rodrigues Jr.** também assinam o estudo.





**Clique [aqui](#) para ler a pesquisa**

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-jun-03/lei-da-liberdade-economica-comeca-a-influenciar-decisoes-judiciais-aponta-pesquisa/>